

O Paradoxo da Razão

A armadilha do populismo que destrói as bases da economia saudável

Mario Cezar Silva Serpa¹

Não é por menos que muitos se referem a Economia como “*dismal science*” (ciência sombria), porque somos obrigados a lidar com a escassez, recursos finitos, enquanto nossas expectativas, ambições e desejos se colocam em plano adverso, onde, por vezes, passam a orientar comportamentos e decisões que alavancam possibilidades. A Ciência Econômica põe um freio nisso (ou alerta), não somente com números (*racionalidade instrumental*), mas também com a análise econômica comportamental, com envolvimento e avaliação de preferências sociais, interesses, assimetria de informações, processo decisório ampliado e a psicologia social (conceito *Humanomics*). O Brasil de hoje, com nossos dirigentes, parece ignorar esses conceitos não ortogonais, e segue sua própria lógica a despeito das sinalizações, advertências e resultados.

Em 2022 publicamos uma série de artigos intitulados *Reflexões sobre Diretrizes Econômicas e Modelagem Organizacional do Estado* – [Parte I](#), [Parte II](#), [Parte III](#) e [Parte IV](#), onde a centralidade dos mesmos reside na visão de sociedade, não exatamente na linha dos ordoliberalis, mas sim sob pensamento liberal em que a defesa da decisão em sufrágio seja levada a efeito. Essas regras e procedimentos, realmente, não devem, contudo, sob pena de prejuízos maiores, ignorar fragilidades sistêmicas, perspectivas e condutas que vão contra a ordem econômica. Assim, a legitimação de governantes e seu plano de governo não podem servir de chancela e coadunar com eventual espiral de consequências nefastas à economia. Mas como definir os limites, se o nosso sistema de pesos e contrapesos não captar as políticas públicas atuais com tais reflexos adiante?

Mais do que isso, como coordenar as expectativas e reações com pessoas com múltiplas perspectivas, se para consecução de um plano de governo e a maximização da utilidade coletiva – aqui entendido decisões de governo justificadas na ideia de maximização da função de bem-estar social – perceber-se atitudes menos republicanas? Parece razoável supor que a “maximização da utilidade” e a “*humanomics*” podem e devem coexistir, sendo os conceitos do último parte do modelo do primeiro, criando um “novo sistema” a acomodar interesses, preferências e adaptações socialmente aceitáveis. Os fins não podem justificar os meios, e para isso a “racionalidade” deve ser um fator determinante e limitador.

Nessa linha de pensamento, temos vários problemas na atual administração. A razão estabelecida está no desenvolvimento e alcance do seu plano de governo aprovado pela sociedade brasileira, e que devem, como defendido nos artigos mencionados, ser perseguidos sob pena de estelionato eleitoral. Metas e objetivos traçados, o Comandante-em-Chefe tem levado a cabo, em narrativa e atitudes, com auxílio de sua equipe, políticas públicas que visam honrar com suas promessas de campanha. Independente do ideal que se traça para o país (está dado), o gerenciamento desse processo, entretanto, envolve critérios e formulações graves, pois afrontam ambos os conceitos *humanomics* e o de maximização da utilidade (resultados). Trata-se de uma conduta e aparelhamento em bases políticas e técnicas de escolhas capciosas, cujo principal ingrediente e roupagem para o público é o populismo.

Esta armadilha, está claro, nos coloca em rota de profundo revés econômico e social. Assim, temos um paradoxo lógico, pois as ações e atitudes o levarão a não alcançar as metas e objetivos originais. Este comportamento, disruptivo, subverte a realidade e o mérito, e sinaliza contradições em uma conduta que deveria ser de moralidade, responsabilidade, ética e sobretudo honestidade para o melhoramento do país. O populismo se torna circular, retroalimenta, avoluma e solidifica incentivos errados, onde a dimensão moral diminui e fragiliza todo o ambiente.

O Presidente parece não entender que sua conduta tem reciprocidade corrosiva com demais poderes, emulam problemas factuais e afetam Instituições. Estas estão cada vez mais frágeis, pois com incentivos errados (sistemáticos e de toda sorte) minam a *accountability*, e isso, por sua vez, destrói a governança. Com o mantra de “Gasto é Vida!”, por exemplo, a motivação é ampla e é o alicerce e justificativa para tudo e todos, em um quadro de absoluta restrição orçamentária – aqui verdadeiramente nosso calcanhar de Aquiles. Não parece fazer qualquer sentido sob perspectivas de conceitos sociológico (estruturas sociais) ou econômico (escolha racional).

O Presidente deve acreditar que lhe assiste razão sim, afinal sua proposta sempre foi muito clara. Ademais, lembremos que vale mais as preferências reveladas (pelo eleitor) do que qualquer outra... mas isso não mudará nosso destino.

¹ Mario Serpa é economista da Redwood Asset Management